

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO, OU AUTORIDADE COMPETENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE BEBEDOURO/SP, PARA ANALISAR E JULGAR O RECURSO ADMINISTRATIVO INTERPOSTO NO EDITAL Nº 77/2020 DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 61/2020, PROCESSO Nº 112/2020

EDITAL Nº 77/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 61/2020

PROCESSO Nº 112/2020

MASTER FOOD RIO PRETO LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, com CNPJ/MF 22.448.098/0001-87, com sede na cidade de São José do Rio Preto/SP, na Rua Vitório Gasparo, 131, Mini Distrito Adail Vitorasso, representada por ANDRÉ LUIZ MANTOVAN, vem, respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, na qualidade de concorrente do Processo Licitatório representado pelo EDITAL Nº 077/2020, PREGÃO PRESENCIAL Nº 61/2020 PROCESSO Nº 112/2020, interpor RECURSO ADMINISTRATIVO, contra a decisão que sagrou vencedora a concorrente TRANSPOR TAR PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI-ME, o que o faz pelos motivos de fato e de direito que passa expor para ao final requerer:

#### I - INTRÓITO:

Administração Pública de Bebedouro/SP publicou o Edital de Administração Pública de Bebedouro, cujo objeto é a aquisição pelo menor preço, de quatrocentos e trinta cestas básicas conforme descritivos contidos no Edital. (Vide Edital).

Aberta a sessão, o processo licitatório tramitou, culminando com a Recorrida ofertando a melhor proposta.

Na ocasião, a Recorrente declarou a intenção de interpor recurso, pois a concorrente TRANSPOR TAR PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI-ME **"cotou os itens 02 e 07 em desacordo com Edital, pois, o item 02 o mesmo não atende na embalagem e o item 07 não contem selo PQC ou seja, o Selo da qualidade do Produto demais informações constaram em recurso"**.

II - ITEM "02" - SABONETE - ITEM "07" - CAFÉ EM PÓ - OFERTADOS EM DESCONFORMIDADE COM O TERMO DESCRITIVO CONTIDO NO OBJETO DO EDITAL - RAZÃO DE PROCEDÊNCIA DO RECURSO ADMINISTRATIVO - APLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO - INCIDÊNCIA DA CLÁUSULA 7.3 E SUBCLÁUSULA 7.3.3 DO EDITAL:

Conforme será a seguir elucidado o produto ofertado pela Recorrida não atende aos anseios da Administração Pública, razão pela qual devem prosperar as razões recursais com a consequente desclassificação da licitante vencedora.

O objeto do Edital expressamente descreve os itens a serem ofertados pelas concorrentes, no caso concreto, especificamente, constou no Edital as seguintes descrições dos itens "02" e "07":

**"SABONETE EM PEDRA 90 G, EMBALADO EM CAIXA DE PAPELÃO E INTERNAMENTE EM SACO TNT, NA FRAGRÂNCIA EXTRATO DE PETALAS COM VITAMINA E. DEVERA CONTER NA EMBALAGEM DADOS DO FABRICANTE, COMPOSIÇÃO, VALIDADE DO PRODUTO, TELEFONE DO ATENDIMENTO AO CONSUMIDOR."**

**"CAFÉ EM PÓ - 500G, TIPO TORRADO, APRESENTAÇÃO MOIDO, COM QUALIDADE RECOMENDAVEL PELAS NORMAS TÉCNICAS E LAUDO DE CLASSIFICAÇÃO DE CAFÉ FEITO PELA ABIC (CERTIFICADO PQC - PROGRAMA DE QUALIDADE DO CAFÉ, DA ABIC, EM PLENA VALIDADE). NÃO DEVEM APRESENTAR ALTERAÇÃO OU ADULTERAÇÃO POR QUALQUER FORMA OU MEIO, INCLUSIVE PELA ADIÇÃO DE CORANTES OU OUTROS PRODUTOS QUE MODIFIQUEM A SUA ESPECIFICAÇÃO,**



NAO SE ADMITINDO SOB QUALQUER FORMA A ADIÇÃO DE CAFÉS ESGOTADOS (BORRA DE SOLÚVEL, BORRA DE INFUSÃO DE CAFÉ TORRADO E MOIDO).”

Pois bem, ao se analisar os produtos ofertados pela Recorrida tem-se que em relação ao item “02” não houve atendimento do descritivo do Edital, pois O EDITAL EXPRESSAMENTE DESCREVE QUE O SABONETE DEVE ESTAR EMBALADO EXTERNAMENTE EM CAIXA DE PAPELÃO, E INTERNAMENTE EMBALADO EM SACO TNT, já o sabonete oferecido pela Recorrida, da marca NIPIS, está embalado em papel simples, ou seja, não está embalado externamente em caixa de papelão e nem internamente e saco de TNT de forma que não atende as especificações do Edital, tratando-se de produto totalmente diverso em qualidade relevantemente inferior daquele que a Administração Pública pretende adquirir.

Fosse a intenção de a Administração ofertar aos seus administrados produto de qualidade inferior, teria descrito o item como sabonete de 90 gramas em embalagem simples, ou sequer descrito a embalagem.

Antes mesmo que a Recorrida traga aos autos do Processo Licitatório o argumento de que exigir embalagem externa em papelão e interna em TNT é condição irrelevante ao objeto licitado, configurando verdadeira cláusula ou condição que frustre, restrinja ou comprometa o caráter competitivo do certame, deve ser ressaltado que a exigência contida no descritivo determinando que o sabonete esteja embalado externamente em caixa de papelão e internamente em saco de TNT, tem por objetivo garantir o fornecimento de produto de qualidade superior aos municípios.

Portanto, é totalmente pertinente tal exigência, pois se assim não fosse, as licitantes poderiam fornecer produtos de qualidades flagrantemente inferior.

Ora, é fácil concluir que se o fabricante do produto tem o esmero de embalar duplamente o sabonete (caixa de papelão e saco de TNT), o produto oferecido é superior àquele embalado em papel simples, como o ofertado pela Recorrida.

Na realidade, por serem produtos de qualidade diferentes, sequer há de se comparar os preços ofertados, sendo motivo de desclassificação a apresentação de produto diverso daquele exigido no Edital, em especial porque o Agente Público está vinculado ao quanto determinado no Edital.

Isso porque quando o concorrente se predispõe a participar do certame licitatório, tem conhecimento prévio das características e exigências daqueles produtos que a Administração pretende escolher, não se admitindo a oferta de produto diverso.

No tocante ao item "07", não houve atendimento do descritivo do Edital, pois **O EDITAL EXPRESSAMENTE DESCREVE QUE O CAFÉ OFERECIDO DEVE APRESENTAR O CERTIFICADO PQC - PROGRAMA DE QUALIDADE DO CAFÉ, DA ABIC, EM PLENA VALIDADE.**

Tal exigência é devidamente fundamentada pois a Associação Brasileira da Indústria do Café (ABIC), cuja atividade é regulamentada por legislação específica, cataloga várias categorias de café divididas por certificados de qualidades diversos.

Dentre a divisão e categorização crescente da qualidade do café existem os CERTIFICADO DE PUREZA; CERTIFICADO DE PUREZA E QUALIDADE (PQC); CERTIFICADO DE SUSTENTABILIDADE, PUREZA E QUALIDADE.

Nesse diapasão o café ofertado pela Recorrida não atende ao descritivo exigido no Edital.

Conforme comprova os documentos em anexo, o café ofertado pela Recorrida é da marca Dualis, e possui unicamente o Certificado/Selo de Pureza.

Em possuindo apenas o Certificado/Selo de Pureza, o café da marca Dualis não atende ao Edital cujos expressos termos exigiu **O CERTIFICADO PQC - PROGRAMA DE QUALIDADE DO CAFÉ, DA ABIC.**



Ou seja, assim como no sabonete a Recorrida ofertou produto de marca diversa daquela exigida no Edital.

Veja que conforme a inclusa classificação realizada pela ABIC o café que atende ao Programa de Qualidade do Café, é superior àquele café que atende unicamente a certificação de pureza. (vide doc. em anexo).

Os mesmos argumentos e razões utilizados quanto ao sabonete subsumem-se ao café.

Ora, se o Agente Público exigiu no Edital que o café ofertado contenha o certificado PQC - PROGRAMA DE QUALIDADE DO CAFÉ, DA ABIC, o licitante não tem a liberdade de ofertar produto diverso, ou seja, deve atender rigorosamente aos ditames do Ato Convocatório.

Se assim não fosse fatalmente não estaria garantida a isonomia entre os participantes.

E da mesma forma, aceitar como válida oferta de produto diverso daquele exigido no Edital, cria diferenças entre os concorrentes, violando por consequência os Princípios do Julgamento Objetivo, da Vinculação ao Instrumento Convocatório e da Isonomia.

**"No seu relacionamento com particulares, a Administração Pública está subordinada constitucionalmente à observância da isonomia. A relevância da isonomia está prevista em diversos dispositivos constitucionais, tais como o art. 5º, caput e o art. 19, III. Mas o art. 37, XXI, expressamente determina que as contratações públicas sejam promovidas de modo a assegurar a igualdade de condições a todos os concorrentes."** – (Marçal

*Justen Filho, Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 17ª edição, Thomson Reuters-Revista dos Tribunais, 2016, pág. 93). (destaquei e grifei).*

Friso que ao descrever o objeto a ser adquirido, Administração Pública de Bebedouro/SP não o faz ao bel prazer, ao contrário, pois está vinculado aos limites impostos pela legislação pátria, em especial ao art. 3º da Lei Federal nº 8.666/1993, de modo que sua inobservância importa em flagrante violação dos Princípios Gerais que regem a Licitação e Contratos Administrativos, a saber:

**Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.**

Marçal Justen Filho, ao comentar a impossibilidade de admissão de cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo, ensina:

**"(...) O que se veda é a adoção de exigência desnecessária ou inadequada, cuja previsão seja orientada não a selecionar a proposta mais vantajosa, mas beneficiar ou prejudicar alguns participantes. Portanto, a invalidade não reside na restrição em si mesma, mas incompatibilidade dessa restrição com o objeto da licitação e com os critérios de seleção da proposta mais vantajosa."**

**"O ato convocatório tem de estabelecer as regras necessárias para a seleção da proposta vantajosa. Se essas exigências serão ou não rigorosas, isso dependerá do tipo de prestação que o particular deverá assumir. Respeitadas as exigências necessárias para assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, serão inválidas todas as cláusulas que, ainda indiretamente, prejudiquem o caráter 'competitivo' da licitação".**

**"Assegura-se tratamento igualitário aos interessados que apresentem condições necessárias para contratar com a Administração. A vitória de um deles dependerá de seus**



**próprios méritos. A regra não exige que o benefício indevido seja derivado de uma intenção reprovável. Ou seja, não é necessário nem sequer a intenção de beneficiar um ou mais competidores.”** – (*Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*, 17ª edição, Thomson Reuters-Revista dos Tribunais, 2016, págs. 122 e 123).

Ora, nunca é demais destacar que os produtos que a Administração Pública pretende adquirir são bens comuns de mercado e facilmente encontrados em quaisquer supermercados existentes no País, de modo que não se justifica a Recorrente ofertar produto diverso.

Importante frisar que pela própria modalidade licitatória escolhida – Pregão – os produtos licitados devem imperativamente serem comuns no mercado, cujas descrições contidas no Edital devem ser atendidas pelos concorrentes.

**“(…), o ato convocatório deverá definir, de modo objetivo, as diferenças que são reputadas relevantes para a Administração. A isonomia significa o tratamento uniforme para situações uniformes, distinguindo-as na medida em que exista diferença. Essa fórmula acarreta inúmeras consequências.”** – (*Marçal Justen Filho, Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*, 17ª edição, Thomson Reuters-Revista dos Tribunais, 2016, pág. 94). (*destaquei e grifei*).

No caso concreto observa-se claramente que a descrição do objeto classificou adequadamente a qualidade dos produtos que a Administração pretende adquirir, atendendo por consequência o disposto no inciso I, do art. 40 da Lei nº 8.666/1993.

**Art. 40. O edital conterà no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta,**

**bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:**

**I - objeto da licitação, em descrição sucinta e clara;**

Por sua vez, por se tratar da modalidade Pregão, ao descrever o objeto licitado o Agente Público deve se atentar ao quanto determinado no inciso II, do art. 3º da Lei nº 10.520/2002, padronizando os produtos a serem adquiridos, a saber.

**Art. 3º A fase preparatória do pregão observará o seguinte:  
(...)**

**II - a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição;**

**“Como o pregão destina-se apenas à contratação de bens e serviços comuns, é indispensável que o edital estabeleça os requisitos objetivos e padronizados de identificação do objeto”.** (Marçal Justen Filho – Pregão – Comentários à Legislação do Pregão Comum e Eletrônico, 6ª edição, Dialética, 2013, pág.84).

Observe que a Administração descreveu padrão geral as exigências a serem atendidas nos itens “02” e “07”, não havendo razão eloquente para a Recorrida descumprir tais itens, ofertando produtos diversos.

Por fim, como o próprio Edital prevê na Cláusula 7.3 e subcláusulas 7.3.1, 7.3.3, a consequência pelo não atendimento das condições e especificações estabelecidas no Edital, assim como cotação de objeto diverso é a DESCLASSIFICAÇÃO do concorrente.

**7.3.- A análise das propostas, pelo Pregoeiro, visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, sendo desclassificadas as propostas:**

**7.3.1.- cujo objeto não atenda às especificações, aos prazos e às condições fixadas no Edital;**





**7.3.3.- que contiverem cotação de objeto diverso daquele constante neste Edital.**

Em conclusão, considerando o quanto exposto, por flagrante desatendimento das condições estabelecidas no Edital, por não atender as especificações técnicas dos itens "02" e "07", por cotar produto diverso, atendendo aos Princípios da Vinculação ao Instrumento Convocatório, Legalidade, Julgamento Objetivo, Igualdade e Isonomia deve a Recorrida ser DESCLASSIFICADA.

**III – CONCLUSÃO:**


Diante do exposto requer se digne Vossa Senhoria, conhecer o presente Recurso Administrativo, posto que tempestivo e no mérito dar-lhe provimento, para, imediatamente com fulcro nos Princípios da Vinculação ao Instrumento Convocatório, Legalidade, Julgamento Objetivo, Igualdade e Isonomia DESCLASSIFICAR a concorrente TRANSPOR TAR PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI-ME, posto que comprovadamente descumpriu as condições estabelecidas no Edital, por não atender as especificações técnicas dos itens "02" e "07", por cotar produto diverso.

Requer provar o alegado por todos os meios probatórios em direito admitidos, assim como requer a juntada de novo instrumento de procuração caso se mostre necessário.

Nestes Termos,

P. Deferimento.

São José do Rio Preto/SP, 25 de novembro de 2020.

  
MASTER FOOD RIO PRETO LTDA  
MASTER FOOD RIO PRETO LTDA  
CNPJ/MF 22.448.098/0001-87  
ANDRÉ LUIZ MANTOVAN

**22.448.098/0001-87**  
MASTER FOOD RIO PRETO LTDA.-EPP.  
RUA VITÓRIO GASPARO, N.º 131  
MINI DIST. ADAIL VETORASSO - CEP: 15046-768  
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - SP.

**Café Dualis.**  
**O reencontro**  
**é sempre**  
**mais**  
**saboroso.**



**O Café Dualis está de volta!**

Agora ele é produzido com um **blend 100% arábica**,  
uma seleção especial de grãos que chegou para agradar  
a todos os paladares. E o melhor: com o preço acessível  
de sempre e perfeito para suas vendas.



**TORRA**  
**MODERADAMENTE**  
**ESCURA**



**PRESERVA O**  
**VERDADEIRO**  
**SABOR**



**SABOR**  
**MARCANTE**



**AROMA**  
**INTENSO**

[www.alimentoscoamo.com.br](http://www.alimentoscoamo.com.br)

**COAMO**  
Produtos Alimentares

MARCAS DE CONFIANÇA

ALIMENTOS  
**Coamo**  
É de casa, pode confiar.

K





Institucional

Certificação

Estatísticas

Recomendações Técnicas

O Café    Jornal do Café

Eventos

# Certificação

Início » Certificação

# Café com qualidade é café certificado ABIC

Esse é o lema da ABIC, fundada em 1973, e reconhecida mundialmente como a organização que criou e mantém ativos diversos Programas de Certificação focados na Pureza, na Qualidade e na Sustentabilidade do Café e que se destaca pelo esforço contínuo em oferecer aos consumidores mais qualidade e segurança alimentar.

Programas de Certificação focados na Pureza, na Qualidade e na Sustentabilidade do Café e que se destaca pelo esforço contínuo em oferecer aos consumidores mais qualidade e segurança alimentar.



## Pureza

O **Programa Permanente de Controle da Pureza do Café** – Selo de Pureza certifica que o produto é puro, sem adulteração ou misturas, oferecendo segurança alimentar, qualidade e respeito ao consumidor. Criado pela ABIC em 1989, ainda permanece ativo e foi a primeira iniciativa da nossa Entidade para impulsionar o consumo através da melhoria da qualidade. Seu sucesso é reconhecido mundialmente.





## Qualidade

O **Programa de Qualidade do Café**, criado em 2004, certifica a qualidade do produto final por meio de uma metodologia de análise sensorial, e classifica e diferencia os cafés em 4 categorias: Extraforte, Tradicional, Superior e Gourmet. Além de certificar o produto, a empresa é auditada quanto às boas práticas de fabricação de todo o processo de industrialização, para garantir consistência.

Prêmio Melhores da Qualidade | Histórico | Categorias de Qualidade | Como funciona | Análise do Produto | Análise do Processo | Marcas Certificadas | Norma e Regulamento | Laboratórios e Instituições credenciadas



# Sustentabilidade

O **Programa Cafés Sustentáveis do Brasil** certifica produtos com rastreabilidade assegurada desde a produção até a industrialização, o que o torna único no mundo. Os cafés são produzidos com os grãos provenientes de fazendas certificadas quanto à sua produção sustentável, que preservam o meio ambiente e respeitam o produtor. O processo de industrialização é auditado quanto as boas práticas de fabricação e os produtos classificados em categorias de qualidade, por meio de uma metodologia de análise sensorial, nas categorias Extraforte, Tradicional, Superior e Gourmet.

Histórico | Como funciona? | Origem da matéria-prima | Certificações de origem e sustentabilidade | Marcas Certificadas | Normas e Regulamento | Cálculo de Emissão de Gases | Análise do Processo





O **Programa de Certificação de Cápsula** atesta a intensidade da bebida que é o grau de persistência do aftertaste (retrogosto), utilizando uma metodologia de avaliação sensorial desenvolvida pela ABIC, numa escala de 0 a 10 (do mais suave ao mais forte), e serve de orientação ao consumidor. Ao mesmo tempo, o programa oferece ao industrial uma avaliação global do seu produto, como as características da crema (cor, brilho, persistência, consistência), os atributos da bebida, como amargor, adstringência, corpo e sabor, características físicas, como peso do café, ponto de torra, granulometria entre outros.

Histórico | Metodologia | Atributos avaliados | Como funciona | Marcas Certificadas | Norma e Regulamento



## Cafeteria

O **Programa Círculo do Café de Qualidade** certifica casas de café, cafeterias e pontos de café diferenciando os melhores estabelecimentos e promovendo o café de alta qualidade. O programa também oferece atividades de capacitação e treinamento como ferramentas de apoio técnico e educativo.

Histórico | Quem pode participar? | Como participar? | Benefícios | Cafeterias certificadas | Norma e Regulamento



Rua Visconde de Inhaúma, 50 – 8º Andar  
Centro – Rio de Janeiro, RJ  
CEP 20091-007  
Tel +55 (21) 2206.6161  
Fax +55 (21) 2206.6155

## INSTITUCIONAL

ABIC  
Estrutura organizacional  
Normas  
Associados  
Como se associar  
Jornal do Café  
Galeria dos presidentes

## CERTIFICAÇÃO

Pureza  
Qualidade  
Sustentabilidade  
Cápsula  
Cafeteria

## ESTATÍSTICAS

## RECOMENDAÇÕES TÉCNICAS

## JORNAL DO CAFÉ

## EVENTOS

## O CAFÉ

## FALE CONOSCO



[INÍCIO](#)

[COMO SE ASSOCIAR](#)

[FALE CONOSCO](#)

[PORTAL DO ASSOCIADO](#)



[Institucional](#)

[Certificação](#)

[Estatísticas](#)

[Recomendações Técnicas](#)

[O Café](#)

[Jornal do Café](#)

[Eventos](#)

## Marcas autorizadas

Início » Certificação » Pureza » Marcas autorizadas

### Pureza

Café Puro. Puro Respeito. Há 30 Anos.

Selo de Pureza – Histórico

# Pureza – Data base – 24/11/2020



Menu



Laboratórios e Instituições  
credenciadas

Regulamento Selo de Pureza

Marcas autorizadas

MARCA	UF FÁBR.	TORREFADOR
DONA SANTINA	SP	SANTINA IMACULADA BONINI PARDO – ME
DONA TEREZA	MG	TORREF. E COM. DE CAFE DONA TEREZA LTDA
DOURADO	GO	LANDULFO MARQUES DE OLIVEIRA
DOVALE	MG	R. J. BAIARDI CAFE LTDA
DOZINHA	MG	IND. E COM. DE CAFE MINAS PURO LTDA
DRIP COFFEE PRIMA QUALITA	SC	J. J. MATTOS IND. COM. DE CAFE LTDA.
DU CAPIAU	MG	IND. E COM. DE CEREAIS MARQUES LTDA.
DU VELHO	MG	VASCONCELOS IND. COM. IMP. E EXP. LTDA
DUALIS	PR	COAMO AGROINDL. COOPERATIVA
DUALTO	ES	RIBEIRO MENDES COM. DE CEREAIS E GRAOS LTDA
MARCA	UF FÁBR.	TORREFADOR

Mostrando de 281 até 290 de 872 registros



## INSTITUCIONAL

ABIC  
Estrutura organizacional  
Normas  
Associados  
Como se associar  
Jornal do Café  
Galeria dos presidentes

## CERTIFICAÇÃO

Pureza  
Qualidade  
Sustentabilidade  
Cápsula  
Cafeteria

## ESTATÍSTICAS

## RECOMENDAÇÕES TÉCNICAS

## JORNAL DO CAFÉ

## EVENTOS

## O CAFÉ

## FALE CONOSCO





ACÁCIO RIBEIRO



INÍCIO / HIGIENE



## SABONETE NIPS 90G

R\$ 9,90

Fora do estoque

<https://www.grupocedil.com.br/produto/sabonete-nips-90g/>

Privacidade - Termos





[Institucional](#)[Certificação](#)[Estatísticas](#)[Recomendações Técnicas](#)[O Café](#) [Jornal do Café](#)[Eventos](#)

# PQC – Marcas Certificadas

[Início](#) » [Certificação](#) » [Qualidade](#) » [PQC – Marcas Certificadas](#)

## Qualidade

[Prêmio Melhores da Qualidade](#) ▼

[PQC – Histórico](#)

[Categorias de Qualidade](#)

[Como funciona](#)

[Análise do Produto](#)

[Análise do Processo](#)



# Qualidade – Data base – 24/11/2020

 Print  Excel  Cop

Mostrar 10 registros

Buscar: dualis

TORREFADOR ▲	UF FÁBR. ▲	PRODUTO ▲	TIPO DE EMBA...	TIPO DE PROD...	SÍMBOLO AUT...
Não foram encontrados resultados					
TORREFADOR	UF FÁBR.	PRODUTO	TIPO DE EMBALA...	TIPO DE PRODUTO	SÍMBOLO AUTEN...

Mostrando de 0 até 0 de 0 registros (filtrado de 874 registros no total)

Rua Visconde de Inhaúma, 50 – 8º Andar  
Centro – Rio de Janeiro, RJ  
CEP 20091-007  
Tel +55 (21) 2206.6161  
Fax +55 (21) 2206.6155

## INSTITUCIONAL

ABIC  
Estrutura organizacional  
Normas  
Associados  
Como se associar

## CERTIFICAÇÃO

Pureza  
Qualidade  
Sustentabilidade  
Cápsula  
Cafeteria

## ESTATÍSTICAS

## RECOMENDAÇÕES TÉCNICAS

## JORNAL DO CAFÉ

## EVENTOS







[Institucional](#)[Certificação](#)[Estatísticas](#)[Recomendações Técnicas](#)[O Café](#)[Jornal do Café](#)[Eventos](#)

# PQC – Marcas Certificadas

[Início](#) » [Certificação](#) » [Qualidade](#) » [PQC – Marcas Certificadas](#)

## Qualidade

[Prêmio Melhores da Qualidade](#) ▼

[PQC – Histórico](#)

[Categorias de Qualidade](#)

[Como funciona](#)

[Análise do Produto](#)

[Análise do Processo](#)



# Qualidade – Data base – 24/11/2020

 Print  Excel  Cop

Mostrar 10 registros

Buscar: dualis

TORREFADOR ▲	UF FÁBR. ▲	PRODUTO ▲	TIPO DE EMBA...	TIPO DE PROD...	SÍMBOLO AUT...
Não foram encontrados resultados					
TORREFADOR	UF FÁBR.	PRODUTO	TIPO DE EMBALA...	TIPO DE PRODUTO	SÍMBOLO AUTEN...

Mostrando de 0 até 0 de 0 registros (filtrado de 874 registros no total)

Rua Visconde de Inhaúma, 50 – 8º Andar  
Centro – Rio de Janeiro, RJ  
CEP 20091-007  
Tel +55 (21) 2206.6161  
Fax +55 (21) 2206.6155

## INSTITUCIONAL

ABIC  
Estrutura organizacional  
Normas  
Associados  
Como se associar

## CERTIFICAÇÃO

Pureza  
Qualidade  
Sustentabilidade  
Cápsula  
Cafeteria

## ESTATÍSTICAS

## RECOMENDAÇÕES TÉCNICAS

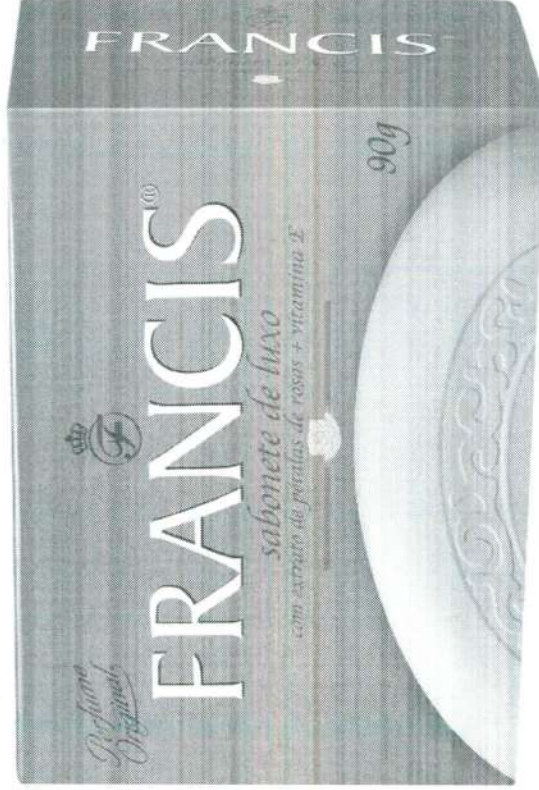
## JORNAL DO CAFÉ

## EVENTOS









Home Higiene e Beleza Corpo Sabonetes

Francis

Sabonete Lavandas de Grasse Francis

90g

Imagem meramente ilustrativa

R\$ 2,45

comprar

0

Compartilhar:





Cadastre  
seu email

seu email



e receba ofertas  
exclusivas!

## Institucional

Site institucional  
Trabalhe conosco  
Ofertas



## Serviços

Política de Troca e Devolução  
Como comprar  
Política de Entrega  
Central de Privacidade  
Política de Pagamento

Para melhor atender nossos clientes, não vendemos por atacado e reservamos o direito de limitar a quantidade de produtos por cliente.  
O valor total de sua compra poderá ser alterado (para menos) por conta dos produtos de peso variável.

Preços e ofertas válidos durante o dia de hoje, podendo sofrer alterações sem prévia notificação.

Venda sujeita à disponibilidade de estoque no dia da entrega. No caso de faltar algum produto, este não será entregue e o valor correspondente não será cobrado.

Proibida a venda de bebidas alcoólicas para menores de idade, conforme Lei n.º 8069/90, art. 81, inciso II (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Respeitamos as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados, 13.709/2018. Dúvidas fale com o Encarregado de Proteção de Dados.

© 2020 Confiança Delivery, seu Supermercado Online: Bauru, Botucatu, Marília e Sorocaba.

X



**PQC**  
PQC 041-005

# CERTIFICADO

**ODEBRECHT - COM. E IND. DE CAFE LTDA. (1015)**

Endereço: ROD. CARLOS JOAO STRASS, KM 05 - PR 545 DIST. WARTA. Cep: 86087-350 - LONDRINA - PR

*Atestado de Conformidade e Laudos de Análise emitidos pelas Empresas de Avaliação Credenciadas*

**ODEBRECHT TRADICIONAL**  
(Embalagem: Almofada)

**Símbolo de Qualidade ABIC Tradicional**  
(Faixa de Qualidade Global entre 4,5 a 5,9)



ESTE CERTIFICADO É GERADO DE FORMA ONLINE. A AUTENTICIDADE DO DOCUMENTO PODERÁ SER CONFIRMADA JUNTO A ABIC E PELA LEITURA DO QR CODE.





Prefeitura Municipal de Bebedouro.  
MPA - Módulo de Protocolo e Arquivo

**Comprovante de Protocolo**

 **CONAM**  
26/11/2020

**Tipo/Processo: E - 11438 / 2020**

Data/Hora : 26/11/2020 - 11:01:27

**Requerente : MASTER FOOD RIO PRETO LTDA - EPP**

Tel. Contato : 17 3364-6200

Usuário : Maria Eduarda Lucrecio dos Santos

**Assunto : PREGÃO PRESENCIAL**

Departamento : Protocolo

Histórico : PREGÃO PRESENCIAL n°61/2020  
PROCESSO N°112/2020  
A/C LICITAÇÃO

Prefeitura Municipal de Bebedouro.  
Praça José Stamato Sobrinho, 45 Centro Bebedouro SP 14700000



Prefeitura Municipal de Bebedouro.  
MPA - Módulo de Protocolo e Arquivo

**Comprovante de Protocolo**

 **CONAM**  
26/11/2020

**Tipo/Processo: E - 11438 / 2020**

Data/Hora : 26/11/2020 - 11:01:27

**Requerente : MASTER FOOD RIO PRETO LTDA - EPP**

Tel. Contato : 17 3364-6200

Usuário : Maria Eduarda Lucrecio dos Santos

**Assunto : PREGÃO PRESENCIAL**

Departamento : Protocolo

Histórico : PREGÃO PRESENCIAL n°61/2020  
PROCESSO N°112/2020  
A/C LICITAÇÃO

Prefeitura Municipal de Bebedouro.  
Praça José Stamato Sobrinho, 45 Centro Bebedouro SP 14700000